

**PARA:** Presidente da Câmara, Dr. Hermínio Loureiro  
Vice-Presidente, Dr. Ricardo Tavares  
Vereadora, Dr.ª Gracinda Leal  
Vereador, Dr. Isidro Figueiredo  
Vereador, Dr. Pedro Marques

## RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO SANEAMENTO FINANCEIRO

**Reporte a 31.dezembro.2013**  
Após encerramento das contas municipais

Oliveira de Azeméis, 22 de abril de 2014.



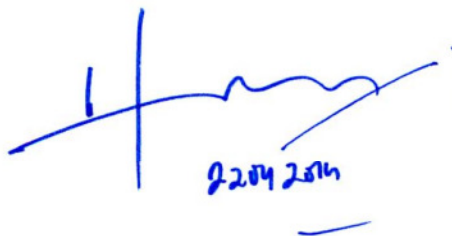
Este Documento Contém a Assinatura Digital Qualificada de:  
NUNO JOSÉ PIMENTA DE OLIVEIRA GOMES, Nº 715  
CHEFE DE DIVISÃO MUNICIPAL  
22-04-2014 18:23:05

Nuno Gomes  
Divisão M. Auditoria Interna, Planeamento e Sistemas de Informação

\\srv-dados\1\gaico\Dados Partilhados\Análises Económicas e Financeiras\Saneamento  
Financeiro\_2006\Análise\_Execução\2013\_12\_encerramento\_contas\RAEPSF\_1213\_EC.docx

Despacho:

Alto  
Proceder de acordo com o ponto 8  
do presente Relatório



22.04.2014

<u>Índice</u>	<u>Pág</u>
1. Introdução	2
2. Empréstimo de Saneamento Financeiro	3
3. Execução Económico Financeira	4
4. Dívida Total Municipal	6
5. Equilíbrio Financeiro Municipal	7
5.1 Endividamento empréstimos de curto prazo	7
5.2 Dívida empréstimos médio e longo prazo	7
5.3 Endividamento Líquido	9
5.4 Dívida a Fornecedores	11
5.5 Passivos Financeiros	12
5.6 Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores	13
6. Execução Orçamental	14
7. Conclusões	15
8. Proposta	17

Apreciado - Assembleia Municipal de 30.04.2014



Este Documento Contém a Assinatura Digital Qualificada de:  
GISELA CELESTE DE PINHO RODRIGUES, Nº 899  
TÉCNICO/A SUPERIOR -  
02-05-2014 10:35:20

## 1. INTRODUÇÃO

Este relatório atualiza o Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano Saneamento Financeiro emitido a 31 de janeiro 2014, com referência R-32.01.17-01/14.

De forma a dar cumprimento ao artigo 6º do Decreto-Lei n.º 38/2008 e à alínea c) n.º 4 Art.º 40º da Lei 2/2007 (Lei das Finanças Locais), o presente relatório visa o acompanhamento da Execução do *Plano Saneamento Financeiro* (PSF) aprovado em Assembleia Municipal de 5 de setembro de 2008 e do qual resultou a contratação de Empréstimo de Saneamento Financeiro no valor de 34.000.000€, com visto favorável do Tribunal de Contas de 24 de outubro de 2008 (processo n.º 1216).

Considerando os pontos 5 e 6 do Estudo e Plano de Saneamento Financeiro 2008, neste relatório de acompanhamento propõem-se analisar e evidenciar:

- Ponto de situação do empréstimo de saneamento financeiro.
- A taxa de execução anual, com dados reportados a 31.dezembro.2013 após encerramento das contas municipais, face à execução económico-financeira prevista no Plano de Saneamento Financeiro para o ano 2013.
- A evolução da dívida e endividamento Municipal (2007/2013)
- A evolução dos indicadores de equilíbrio económico-financeiro;
- As conclusões sobre o grau de cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, dos objetivos de equilíbrio financeiro e cumprimento da lei das finanças locais.

O relatório reporta a execução a 31.dezembro.2013 com dados atualizados após encerramento das contas municipais referentes ao exercício 2013 aprovadas em Reunião de Câmara de 22.abril.2014.

Submetido a despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, ao presente relatório deverá ser dada continuidade nos seguintes termos:

- enviar aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, em cumprimento do art.º 6.º do Decreto-Lei 38/2008;
- remeter para apreciação à Assembleia Municipal, em cumprimento do art.º 40.º da Lei 2/2007;
- publicar no sítio da internet do Município, após a apreciação da Assembleia Municipal, em cumprimento dos art.º 40.º e 49.º da Lei 2/2007.

## 2. EMPRÉSTIMO SANEAMENTO / CONSOLIDAÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO

Contratado empréstimo de saneamento financeiro no valor de 34.000.000€, o Município procedeu a nove utilizações no montante global de 32.496.059,81€, sendo este exclusivamente direcionado para pagamento de créditos constantes da lista anexa ao contrato de empréstimo bancário, ficando garantido o não aumento de endividamento pela utilização do empréstimo.

O volume de utilizações do empréstimo (32.496.059,81€) ficou aquém do total contratado (34.000.000€) no valor de 1.503.940,19€.

Os motivos que originaram desvios entre o valor contratualizado e o efetivamente utilizado são globalmente identificados no quadro seguinte:

Descrição do motivo	Tipo de Entidade / Valor		
	Fornecedores C/C	Fornecedores de Imobilizado	Outros Credores
No período de utilização do empréstimo a entidade credora não apresentou documentos justificativos necessários à concretização do pagamento	2.639,24 €	4.053,01 €	942.534,78 €
Antecipação de pagamento crédito relativamente à data de aprovação do empréstimo de saneamento.	20.407,66 €	3.535,20 €	194.830,32 €
Aquisição de terrenos cujo processo não reuniu os requisitos necessários à conclusão/pagamento do crédito.		105.771,44 €	
Diferenças com origem na emissão de notas de crédito, estornos ou arredondamentos, relativos aos créditos da listagem anexa à contratualização do empréstimo de saneamento.	25.919,87 €	204.248,67 €	
Subtotais	48.966,77 €	317.608,32 €	1.137.365,10 €
<b>TOTAIS</b>		<b>1.503.940,19€</b>	

Tendo decorrido o período de carência de amortização do empréstimo até novembro de 2011, de forma a respeitar a imposição legal de redução do excesso da dívida com empréstimos médio e longo prazo, o Município procedeu a amortizações extra de capital no empréstimo de saneamento financeiro nos anos de 2009 (904.536€) e 2010 (705.625€) num total de 1.610.161€.

A partir de novembro.2011, no âmbito das prestações mensais, o Município procedeu à amortização de capital no empréstimo de saneamento financeiro no valor de 7.059.643,77€, sendo 513.306,20€ em 2011, 3.204.650,03€ em 2012 e 3.341.687,54€ em 2013.

À data de 31.dezembro.2013, o valor em dívida com empréstimo de saneamento financeiro totalizava 23.826.255,04€:

Data	Utilizações	Amortizações de Capital
Ano 2008	31.470.418,32 €	
Ano 2009	1.025.641,49 €	904.536,00 €
Ano 2010		705.625,00 €
Ano 2011		513.306,20 €
Ano 2012		3.204.650,03 €
Jan/Jun-2013		1.666.691,86 €
Jul-2013		278.613,60 €
Ago-2013		278.823,43 €
Set-2013		279.074,84 €
Out-2013		279.326,47 €
Nov-2013		279.451,17 €
Dez-2013		279.706,17 €
<b>V. Acumulados</b> <sup>(2008 a dez.2013)</sup>	<b>32.496.059,81 €</b>	<b>8.669.804,77 €</b>
<b>Capital em dívida a 30.dezembro.2013 =</b>	<b>23.826.255,04 €</b>	

### 3. EXECUÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Conforme definido no ponto 5 do Estudo e Plano Saneamento Financeiro 2008, o Plano caracterizou-se pela fixação de limites máximos de custos e de investimentos e limites mínimos de proveitos que garantiam o objetivo macro municipal de equilíbrio económico-financeiro.

Uma política de contenção e o sistema implementado de controlo de recursos deverá garantir uma execução sem derrapagens ao objetivo macro de equilíbrio económico-financeiro, não obstante as necessidades de gestão de adaptação dos limites fixados no plano em consequência das variações ocorridas por fatores exógenos à organização, das obrigações e das competências municipais.

Para efeitos de análise comparativa com o *Plano Saneamento Financeiro*, considera-se exclusivamente: as compras, os custos e proveitos com impacto financeiro, o volume de investimento executado no ano e a contabilização dos movimentos relacionados com as participações externas ao investimento.

#### Execução Económico-Financeira - Execução 2012 / Previsão anual 2013<sup>PSF</sup> / Execução 2013 / Taxa Execução anual

Descrição	2012 Execução	2013		% de Execução 5 = 4/3
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	
1	2	3	4	5 = 4/3
<b>PROVEITOS- (CUSTOS+INVESTIMENTO)</b>	<b>7.400.207 €</b>	<b>4.306.613 €</b>	<b>2.355.203 €</b>	<b>54,7%</b>
<b>CUSTOS DE ESTRUTURA:</b>				
Compras	1.321.211 €	2.297.836 €	1.566.000 €	68,2%
Fornecimentos e Serviços Externos	6.963.461 €	5.690.002 €	7.061.059 €	124,1%
Transferências e Subsídios Correntes c/. Prest. Sociais	3.011.092 €	3.203.880 €	2.720.386 €	84,9%
Custos com Pessoal	8.888.218 €	11.656.693 €	9.881.878 €	84,8%
Outros Custos e Perdas Operacionais	334.467 €	92.716 €	288.034 €	310,7%
Custos e Perdas Financeiras	744.822 €	1.777.405 €	453.935 €	25,5%
Custos e Perdas Extraordinárias	1.344.375 €	2.262.722 €	3.469.920 €	153,4%
<b>TOTAIS - CUSTOS DE ESTRUTURA</b>	<b>22.607.647 €</b>	<b>26.981.253 €</b>	<b>25.441.212 €</b>	<b>94,3%</b>
<b>TOTAIS INVESTIMENTO</b>	<b>2.115.894 €</b>	<b>2.582.962 €</b>	<b>8.143.908 €</b>	<b>315,3%</b>
<b>TOTAIS - CUSTOS DE ESTRUTURA + INVESTIMENTO</b>	<b>24.723.541 €</b>	<b>29.564.215 €</b>	<b>33.585.120 €</b>	<b>113,6%</b>
<b>PROVEITOS</b>				
Vendas e Prestação de Serviços	4.368.122 €	4.714.903 €	4.479.080 €	95,0%
Impostos e Taxas	9.205.151 €	11.239.179 €	10.676.587 €	95,0%
Proveitos Suplementares	1.709.198 €	1.514.711 €	1.584.110 €	104,6%
Transferências e Subsídios Obtidos	14.326.404 €	16.221.229 €	13.801.883 €	85,1%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	237 €	0 €	259 €	
Proveitos e Ganhos Financeiros	51.445 €	83.371 €	87.178 €	104,6%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.305.810 €	97.436 €	477.426 €	490,0%
<b>TOTAIS - PROVEITOS</b>	<b>30.966.366 €</b>	<b>33.870.829 €</b>	<b>31.106.522 €</b>	<b>91,8%</b>
Proveitos diferidos	1.157.381 €	0 €	4.833.801 €	
<b>TOTAIS - PROVEITOS + PROV. DIFERIDOS</b>	<b>32.123.747 €</b>	<b>33.870.829 €</b>	<b>35.940.323 €</b>	<b>106,1%</b>

Fonte: Res\_Ev\_Econ\_Financ

No ano 2013, o volume de proveitos (31.106.522€) acrescido dos *proveitos diferidos*, relacionados com o recebimento de participações ao investimento (4.833.801€), apresentava uma taxa de execução de 106,1% do limite mínimo de proveitos previstos para o ano 2013 (33.870.829€).

O desvio positivo na execução global dos proveitos foi conseguido essencialmente pelas rubricas de Proveitos Diferidos (+4.833.801€) e Proveitos Extraordinários (+379.990€), compensando a execução abaixo do previsto nas rubricas de proveitos (Impostos e Taxas<sup>-5,0%</sup>; Transferências e Subs. Obtidos<sup>-14,9%</sup>; Vendas e Prestação de Serviços<sup>-5,0%</sup>).

Considerando as rubricas mais relevantes, a execução de proveitos abaixo do estimado no PSF para o ano 2013, ocorreu:

- Nos proveitos com Impostos e taxas (-562.592€, -5,0%), pela quebra nos impostos diretos relativamente ao valor estimado tendo por base os valores históricos registados à data da elaboração do PSF, nomeadamente, nas rubricas da *Derrama e Imposto municipal sobre transmissões onerosas de bens*:

Rubrica	Ano						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<i>Derrama</i>	1.716.072 €	1.023.134 €	1.003.596 €	659.099 €	1.390.956 €	830.719 €	964.239 €
<i>Imposto municipal s/ transmissões onerosas de bens</i>	1.962.955 €	2.250.832 €	1.328.734 €	1.924.346 €	1.338.727 €	945.284 €	1.026.917 €

- Nos proveitos relacionados com *Transferências e subsídios obtidos* (-2.419.346€; -14,9%), pela diminuição do volume de transferências do Orçamento de Estado para o Município verificada nos últimos anos.

Os custos de estrutura e investimento apresentam uma taxa de execução de 113,6% dos limites máximos estimados no *Plano de Saneamento Financeiro* para o ano 2013, ficando acima do limite máximo em 4.020.905€ (29.564.215€<sup>E.PSF2013</sup> vs 33.585.120€<sup>Execução.2013</sup>).

Considerando as rubricas de custo/investimento mais significativas, a execução em 2013 apresenta uma taxa de execução anual superior ao estimado no PSF nas seguintes rubricas:

- + Compras e Fornecimentos e Serviços Externos<sup>1</sup> - taxa de execução 108,0%;
- + Custos e Perdas Extraordinárias - taxa de execução 153,4%;
- + Outros Custos e Perdas Operacionais - taxa de execução 310,7%;
- + Investimento - taxa de execução 315,3%.

Esta tendência encontra-se parcialmente compensada pela execução inferior ao previsto nas restantes rubricas, nomeadamente:

- Transferências e Subsídios Correntes - taxa de execução 84,9%;
- Custos com Pessoal - taxa de execução 84,8%;
- Custos e Perdas Financeiras - taxa de execução 25,5%.

Globalmente, da execução de custos/investimento e de proveitos com impacto financeiro resulta um superavit económico-financeiro de 2.355.203€, ficando aquém 45,3%<sup>(-1.951.411€)</sup> do valor estimado no *Plano Saneamento Financeiro* para o ano 2013 (4.306.613€).

Determinando a redução anual da dívida global do Município em 1.696.671€ e do endividamento líquido em 2.499.841€, o desvio ao objetivo anual fixado para o superavit 2013 diminuiu a capacidade de redução global da dívida e do endividamento líquido verificada nos últimos anos, conforme se demonstra nos pontos 4 e 5 deste relatório.

O superavit gerado garantiu, no entanto, uma redução do endividamento líquido municipal e endividamento de médio e longo prazo, acima dos limites mínimos legalmente estabelecidos.

<sup>1</sup> Na análise das rubricas *Compras e Fornecimentos e serviços externos* deve ter-se em consideração a alteração do critério contabilístico no registo dos custos relacionados com a iluminação pública. No momento da elaboração do Plano de Saneamento Financeiro esta aquisição era registada numa conta de compras, atualmente é registada na rubrica de *fornecimentos e serviços externos*. No ano 2013 os custos relacionados com iluminação pública ascenderam a 1.235.544€.

#### 4. Dívida Total Municipal

No final de 2013, a dívida a terceiros de curto, médio e longo prazo totalizava o montante de 37.873.832€, registando uma redução de 1.696.671€ relativamente à dívida total reportada a 31.dezembro.2012 e uma redução acumulada de 17.311.337€ (-31,4%) relativamente ao ano que antecedeu a aprovação e implementação do Plano de Saneamento Financeiro (55.185.169€<sup>Dez.2007</sup> vs 37.873.832€<sup>Dez.2013</sup>).

##### Evolução Dívida Total Municipal - Comparativo 2007/2013

Descrição	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação	
								2012/2013	2007/2013
<b>Estrutura da Dívida Municipal:</b>									
Dívida a Fornecedores conta corrente	15.642.229€	2.611.522 €	2.605.275 €	2.364.249 €	2.700.084 €	1.161.841 €	<b>1.922.869 €</b>	+ 761.029€	- 13.719.360€
Dívida a Estado Outros Entes Públicos	270.356 €	285.464 €	269.927 €	229.402 €	229.191 €	201.383 €	<b>279.581 €</b>	+ 78.198€	+ 9.225€
Dívida a Fornecedores de Imobilizado	15.198.099€	1.246.528 €	2.758.469 €	1.480.203 €	1.213.381 €	978.586 €	<b>2.754.070 €</b>	+ 1.775.484€	- 12.444.029€
Dívida ao Pessoal	39.022 €	32.784 €	17.874 €	24.962 €	23.933 €	911 €	<b>921 €</b>	+ 10€	- 38.101€
Dívida a Outros Credores	8.719.545 €	2.135.820 €	1.734.764 €	3.606.866 €	4.193.701 €	2.848.565 €	<b>2.491.815 €</b>	- 356.750€	- 6.227.729€
Dívida empréstimos bancários m/l prazo	15.315.918€	46.023.184€	44.348.642€	41.775.364€	39.325.344€	34.379.218€	<b>30.424.577 €</b>	- 3.954.642€	+15.108.658€
Dívida empréstimos bancários c/ prazo	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	<b>0 €</b>	0€	0€
<b>Dívida Municipal Total</b>	<b>55.185.169€</b>	<b>52.335.301€</b>	<b>51.734.951€</b>	<b>49.481.046€</b>	<b>47.685.633€</b>	<b>39.570.503€</b>	<b>37.873.832€</b>	<b>- 1.696.671€</b>	<b>- 17.311.337€</b>

Fonte: Res\_Ev\_Econ\_Financ

Com uma redução anual de 1.696.671€, a dívida total do município no final do exercício apresenta um desvio de +8,7%<sup>(3.037.086€)</sup> face ao estimado em PSF para o final do ano 2013.

Na análise da dívida total e do desvio verificado face ao estimado, deverá considerar-se o volume de disponibilidades de tesouraria registado no final do ano, quantificado no ponto 6 deste relatório.

O saldo de tesouraria a 31.dez.2013, no valor de 2.634.917€, evidencia capacidade financeira do Município para redução imediata do valor da dívida e de recuperação do desvio face ao estimado em PSF.



##### Dívida Total Municipal – Comparativo: Estimativa Plano Saneamento Financeiro / Execução

Descrição	Ano 2013		Diferença previsão PSF vs Execução <sup>2013</sup>	
	Previsão PSF	EXECUÇÃO	€	%
<b>Estrutura da Dívida Municipal:</b>				
Dívida a Fornecedores conta corrente	1.249.138 €	1.922.869 €	+ 673.731 €	+ 53,9%
Dívida a Estado Outros Entes Públicos	222.753 €	279.581 €	+ 56.827 €	+ 25,5%
Dívida a Fornecedores de Imobilizado	183.333 €	2.754.070 €	+ 2.570.736 €	+ 1402,2%
Dívida ao Pessoal	0 €	921 €	+ 921 €	
Dívida a Outros Credores	873.069 €	2.491.815 €	+ 1.618.746 €	+ 185,4%
Dívida de empréstimos bancários m/l prazo	32.308.452 €	30.424.577 €	- 1.883.876 €	- 5,8%
Dívida de empréstimos bancários c/ prazo	0 €	0 €	0 €	
<b>Dívida Municipal Total</b>	<b>34.836.746 €</b>	<b>37.873.832 €</b>	<b>+ 3.037.086 €</b>	<b>+ 8,7%</b>

Fonte: Res\_Ev\_Econ\_Financ

As contas municipais referentes a 2013 encontram-se influenciadas pelo impacto do processo de extinção da Fundação La Salette, na sequência do determinado na Resolução do Conselho de Ministros nº 79-A/2012 de 25.setembro (Anexo 4).

A extinção da Fundação e a consequente integração das responsabilidades da entidade nas contas municipais teve um impacto na dívida que se quantificou em 480.371€.

## 5. EQUILÍBRIO FINANCEIRO MUNICIPAL

O quadro 3 do *Estudo de Saneamento Financeiro*, considerando o definido nos artigos 39º e 37º da Lei 2/2007 e no artigo 3º do Dec. Lei 38/2008, apresentava a estimativa de evolução dos principais indicadores de equilíbrio financeiro municipal.

Os pontos abaixo apresentam os principais indicadores financeiros resultantes da execução a 31.dezembro.2013, comparando com os valores estimados no Estudo Saneamento Financeiro para o ano 2013 e a sua evolução no período de vigência do plano.

Novas regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, resultantes da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro, vieram reforçar a necessidade de acompanhamento das metas económico-financeiras traçadas em Plano e um controlo apertado e rigoroso do seu desempenho.

A diminuição das transferências provenientes da participação do Município nos impostos do Estado (FEF + IRS) que se tem verificado nos últimos anos contribuíram significativamente para a inversão da tendência de aumento dos limites legais de endividamento prevista no Plano de Saneamento Financeiro, com impacto nos limites do *endividamento líquido*<sup>(Ponto 5.3)</sup> e nos limites do capital em dívida com empréstimos médio e longo prazo<sup>(Ponto 5.2)</sup>.

### 5.1 Endividamento empréstimos de curto prazo

No final de 2013, o Município não apresentava valor em dívida relativo a *Empréstimos de Curto Prazo*. O limite de endividamento de Empréstimos Curto Prazo para o ano 2013 ascende a 1.950.597€ (n.º 1, art.º 39 – Lei 2/2007).

Descrição	Ano 2012	Ano 2013		Diferença previsão PSF vs Execução <sup>2013</sup>	
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	€	%
Limite ao endividamento empréstimos curto prazo (n.º 1, art.º 39 - Lei 2/2007)	1.977.033 €		1.950.597 €		
<b>Valor em dívida de Empréstimos de curto prazo</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>	
Margem para o limite / (Montante em excesso)	1.977.033 €		1.950.597 €		

Fonte: Lim\_Endividamento

A 31.dezembro.2013 existia autorização da Assembleia Municipal para a contratação de empréstimo de curto prazo, a utilizar no ano 2014, no montante de 1.000.000€ (Banco Santander Totta).

### 5.2 Dívida empréstimos médio e longo prazo

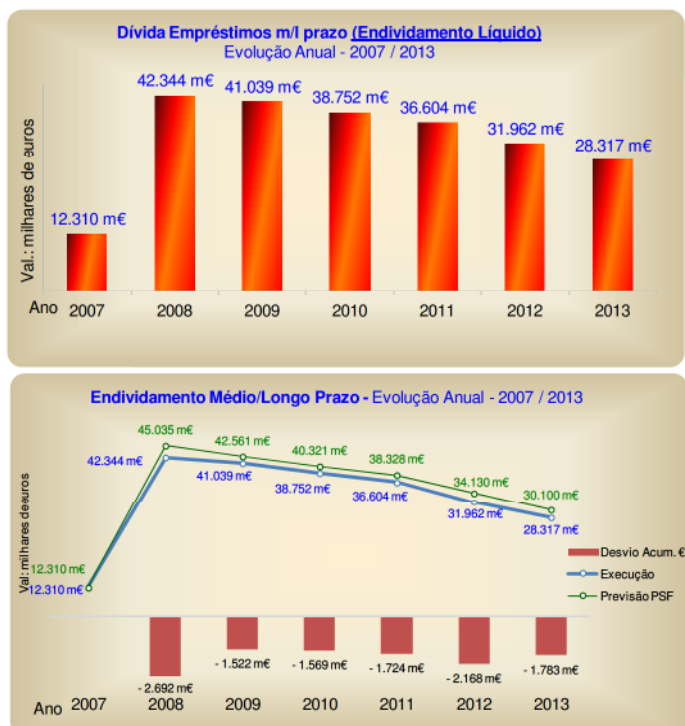
A 31.dezembro.2013, a dívida total com empréstimos bancários de médio e longo prazo totalizava 30.424.577€, registando uma diminuição de 3.954.642€ face a dezembro 2012. (30.424.577€<sup>Dez.2013</sup> vs 34.379.218€<sup>Dez.2012</sup>)



Considerando exclusivamente os empréstimos com impacto no endividamento líquido, a dívida municipal com *empréstimos de médio e longo prazo* totalizava, no final de 2013, o montante de 28.317.397€, registando uma diminuição anual de 3.644.700€ (28.317.397€<sup>Dez.2013</sup> vs 31.962.097€<sup>Dez.2012</sup>)

No exercício de 2008, a utilização do empréstimo de saneamento financeiro determinou o excesso do limite legal da dívida referente a *empréstimos médio e longo prazo* (n.º 2, art.º 39º - Lei 2/2007). Conforme definido no n.º 3, art.º 3º do Dec. Lei 38/2008, este excesso não prejudicou a contratação do empréstimo, ficando o Município obrigado à redução anual de 10% do montante em excesso (artº 39, nº3, Lei 2/2007).

Conforme se demonstra no quadro seguinte, o Município deu cumprimento à imposição legal de redução anual do endividamento de médio e longo prazo (n.º 3, art.º 39º - Lei 2/2007), quantificando-se esta dívida 1.782.987€ abaixo do montante previsto em PSF para o final de 2013 (28.317.397€<sup>Execução.2013</sup> vs 30.100.384€<sup>Previsão.PSF.2013</sup>).



Descrição	Ano 2012	Ano 2013		Diferença previsão PSF vs Execução <sup>2013</sup>	
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	€	%
Limite empréstimos de médio e longo prazo (nº 2, art.º 39 - Lei 2/2007)	19.770.331 €	21.681.866 €	19.505.973 €		
Capital em dívida de Empréstimos M/L prazo a considerar no endividamento	31.962.097 €	30.100.384 €	28.317.397 €	- 1.782.987 €	- 5,9%
Margem para o limite / (Montante em excesso)	(12.191.766 €)	(8.418.518 €)	(8.811.424 €)		
Imposição legal de redução de endividamento (nº 3, art.º 39, Lei - 2/2007)	- 1.683.355€	- 1.278.358€	- 1.245.612€		
Redução ano da dívida de Empréstimos M/L prazo a considerar no endividamento	- 4.641.781€	- 4.029.336€	- 3.644.700€	+ 384.637 €	+ 9,5%
Margem p/ limite redução/(Insuficiência de Redução)	2.958.427€	2.750.978€	2.399.087€		

Fonte: Lim\_Endividamento

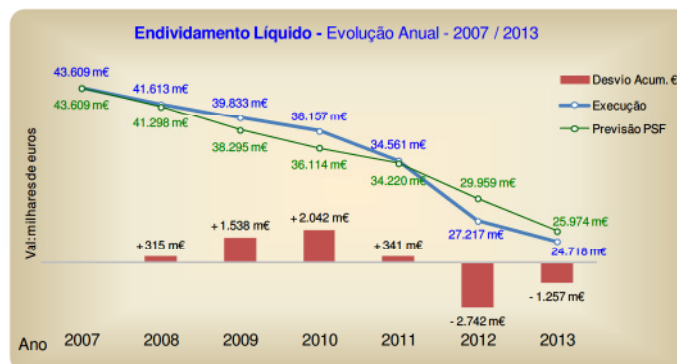
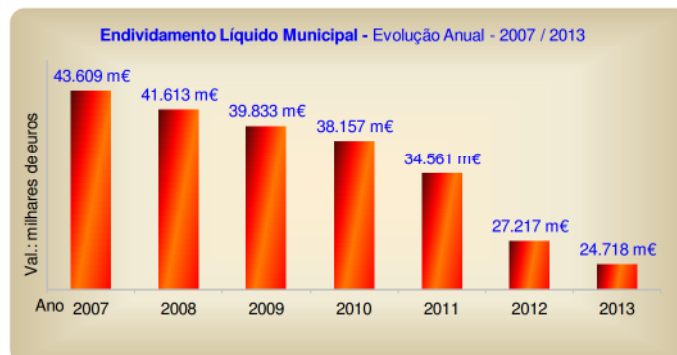


### 5.3 Endividamento Líquido

No final de 2013, o endividamento líquido municipal totalizava 24.717.555€, registando uma diminuição de 2.499.841€ face a dezembro.2012, acumulando um decréscimo de 18.891.943€ relativamente a dezembro.2007.

A redução anual do endividamento líquido, apesar de inferior ao previsto, permitiu manter o endividamento líquido municipal abaixo do valor previsto no PSF para 2013 (-1.256.571€; -4,8%).

Com a redução do endividamento líquido municipal verificada em 2013, o Município de Oliveira de Azeméis supera a redução mínima anual exigida pela Lei das Finanças Locais (Lei 2/2007), que impõe a diminuição anual mínima de 10% do montante que excede o limite máximo de endividamento líquido.



Descrição	Ano 2012	Ano 2013		Diferença previsão PSF vs Execução <sup>2013</sup>	
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	€	%
Limite ao endividamento líquido (nº 1, artº 37º - Lei 2/2007)	24.712.913 €	27.102.333 €	24.382.466 €		
<b>Endividamento Líquido</b>	<b>27.217.397 €</b>	<b>25.974.126 €</b>	<b>24.717.555 €</b>	<b>- 1.256.571 €</b>	<b>- 4,8%</b>
Margem para o limite / (Montante em excesso)	(2.504.484 €)	1.128.206 €	(335.089 €)		
Imposição Legal de Redução Anual do endividamento (10% do excesso – nº 2 artº 37º - Lei 2/2007)	-984.819 €	-327.628 €	-283.493 €		
Redução anual do Endividamento Líquido Municipal	-7.343.703 €	-3.984.836€	-2.499.841 €	+ 1.484.994 €	
Margem legal de redução do endividamento / (Insuficiência de redução)	6.358.884 €	3.657.207 €	2.216.348 €		

Fonte: Lim\_Endividamento

O Plano Saneamento Financeiro fixava como objetivo para o final do ano 2013 um volume de endividamento líquido do Município inferior ao limite definido no nº 1, do artigo 37º da Lei 2/2007.

Não obstante o endividamento líquido se quantificar 1.256.571€ abaixo do valor previsto, o objetivo de inexistência de excesso de endividamento líquido no final 2013 foi prejudicado pela evolução do limite legal, conforme se quantifica no quadro acima.

A evolução do limite legal ao endividamento líquido foi condicionada pela evolução das receitas municipais, nomeadamente, pela diminuição verificada nos últimos anos das transferências do Orçamento de Estado para o Município de Oliveira de Azeméis.

Na sequência do determinado na Resolução do Conselho de Ministros nº 79-A/2012 de 25.setembro (Anexo 4) e conforme deliberado em Assembleia Municipal de 22 de março de 2013, no 1.º

semestre.2013 o Município procedeu à integração das responsabilidades da Fundação La Salette na sequência do seu processo de extinção.

A assunção dos passivos da Fundação La Salette originou um impacto no endividamento do Município que se quantificou em 480.371€.

A 29.agosto.2013 foi aprovado pela Assembleia Municipal o processo de internalização da empresa municipal GEDAZ, EEM., pelo cumprimento do artigo 40º conjugado com o artigo 62º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

Não estando concluído, em 31.dez.2013, o processo de internalização direta das responsabilidades da GEDAZ, o Município já integrou em 2013 a atividade anteriormente desenvolvida pela empresa.

Após conclusão do processo, a internalização direta das responsabilidades e atividades da GEDAZ terá um impacto no endividamento municipal que se estima acima de 150.000€.

A “extinção” da entidade GEDAZ e a conseqüente redução do valor de participações no Capital contabilisticamente registado no Balanço do Município de Oliveira de Azeméis terá um impacto negativo no endividamento líquido no valor de 3.523.950,08€.

## 5.4 Dívida a Fornecedores

A dívida a fornecedores totaliza 4.676.939€, valor que representa 14,4% das receitas totais do ano anterior.

Registando um aumento anual de 2.536.513€, o volume de dívida a fornecedores fixou-se em 4.676.939€, contrapondo com o total de 2.140.426€ registado em dezembro.2012.

Comparativamente à previsão do Plano de Saneamento Financeiro, o montante da dívida a fornecedores a 31.dez.2013 situa-se 3.244.468€ acima do valor previsto para 2013 (1.432.471€<sup>E.PSF2013</sup> vs 4.676.939€<sup>Execução.2013</sup>).

Não obstante o desvio verificado, que determina acautelar uma execução económico-financeira de curto prazo sem pagamentos em atraso, na análise do volume da dívida a fornecedores deverá ter-se em consideração o momento de assunção das responsabilidades e o valor de disponibilidades existentes à data de 31.dez.2013:

- O valor da dívida a fornecedores ficou condicionado pelo volume de execução no último trimestre do ano, não provocando aumento da dívida vencida a 31.dez.2013.
- Conforme se quantifica no ponto 6 deste relatório, as disponibilidades de tesouraria no final do ano totalizam 2.634.917€, valor que evidencia capacidade financeira do Município para redução imediata do valor da dívida.



Descrição	Ano 2012	Ano 2013		Diferença previsão PSF vs Execução <sup>2013</sup>	
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	€	%
Fornecedores	1.161.841 €	1.249.138 €	1.922.869 €	+ 673.731 €	+ 53,9%
Fornecedores de imobilizado	978.586 €	183.333 €	2.754.070 €	+ 2.570.736 €	+ 1402,2%
Credores pela Execução do Orçamento - Despesa	0 €		0 €		
Consultores, Assessores e Intermediários	0 €		0 €		
<b>Dívida total a Fornecedores</b>	<b>2.140.426 €</b>	<b>1.432.471 €</b>	<b>4.676.939 €</b>	<b>+ 3.244.468 €</b>	<b>+ 226,5%</b>
<b>Limite mínimo de equilíbrio - 40% da Receita total ano anterior - (Artº 3º-n.4-b) Dec.Lei 38/08)</b>	<b>13.308.518 €</b>	<b>13.327.735 €</b>	<b>13.030.728 €</b>		
<b>Margem de equilíbrio financeiro / (Montante em excesso para o equilíbrio financeiro)</b>	<b>11.168.092 €</b>	<b>11.895.264 €</b>	<b>8.353.789 €</b>		

Fonte: Lim\_Endividamento

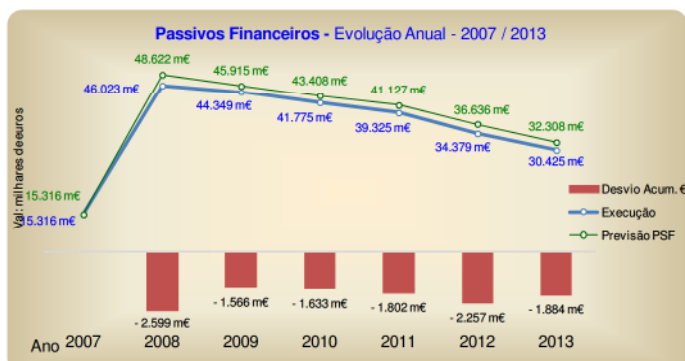
Com um volume de dívida a fornecedores dentro dos limites de equilíbrio legalmente estabelecidos (Artº 3º-n.4-b) Dec.Lei 38/08) e registando uma evolução positiva em anos anteriores, o Município deve prosseguir os objetivos de redução até aos montantes previstos no Plano de Saneamento Financeiro.

## 5.5 Passivos Financeiros

No final do ano 2007 os *passivos financeiros* do município totalizavam 15.315.918€. A contratação e utilização do empréstimo de saneamento financeiro determinou o aumento deste passivo no final do ano 2008 para o valor de 46.023.184€.

Com um volume global de 4.806.173€ de amortizações dos empréstimos de médio/longo prazo durante o ano 2013 e o recebimento de 851.531€ relativos à 1.<sup>a</sup> tranche do empréstimo PAEL, os passivos financeiros totalizam o montante de 30.424.577€ à data de 31.dezembro.2013, situando-se 1.883.876€ abaixo do montante previsto em PSF para o final deste exercício.

No final de 2013, os passivos financeiros do Município representam 80,5% da Receita Total do ano, com equilíbrio do limite definido no Art.º 3º, n.º 4 – c) do Dec.Lei 38/2008 (Passivos Financeiros inferior a 200% da Receita Total do ano).



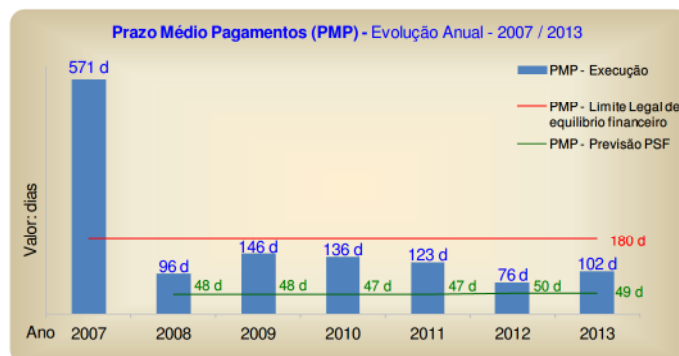
Descrição	Ano 2012	Ano 2013		Diferença previsão PSF vs Execução <sup>2013</sup>	
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	€	%
Empréstimos bancários	34.379.218 €	32.308.452 €	30.424.577 €		
<b>Passivos Financeiros Totais</b>	34.379.218 €	32.308.452 €	30.424.577 €	- 1.883.876 €	- 5,8%
Receitas totais ano (ano n)	32.576.819 €	33.870.829 €	37.780.073 €		
200% da Receita total ano (ano n) - Artº 3º-n.4-c) Dec.Lei 38/2008	65.153.638 €	67.741.657 €	75.560.147 €		
<b>Margem de equilíbrio financeiro / (Montante em excesso para o equilíbrio financeiro)</b>	<b>30.774.420 €</b>	<b>35.433.205 €</b>	<b>45.135.570 €</b>		

Fonte: Lim\_Envidamento

## 5.6 Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores

Conforme *Plano Saneamento Financeiro* e considerando a utilização integral do empréstimo de saneamento, estimou-se que no final 2013 a dívida a fornecedores representaria um PMP de 49 dias. A 31.dez.2013 a dívida a fornecedores representava um PMP de 102 dias.

Cumprindo o limite mínimo de 180 dias de PMP definido no Art.º 3º, n.º 4 d) do Dec. Lei 38/2008, este indicador apresenta, no final de 2013, um desvio de 53 dias face ao PMP estimado no Plano de Saneamento Financeiro e um aumento de 26 dias face a dezembro.2012.



Descrição	Ano 2012	Ano 2013		Diferença previsão PSF vs Execução 2013	
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	€	%
Dívida a Fornecedores	2.140.426 €	1.432.471 €	4.676.939 €	+ 3.244.468 €	+ 226,5%
Aquisições bens e serviços últimos 12 meses	10.283.485 €	10.570.799 €	16.768.973 €	+ 6.198.174 €	+ 58,6%
Prazo médio de pagamentos	76 dias	49 dias	102 dias	+ 53 dias	
Limite PMP - Artº 3º-n.4-d) Dec.Lei 38/2008	180 dias	180 dias	180 dias		
Margem de Equilíbrio / (Montante em excesso para o equilíbrio financeiro)	104 dias	131 dias	78 dias		

Fonte: Lim\_Endividamento

Conforme referido no ponto 5.4 deste relatório, a análise do indicador de PMP não deverá ser dissociada do momento de assunção das responsabilidades, da evolução da dívida com pagamentos em atraso e do valor de disponibilidades existentes à data de 31.dez.2013:

- O valor da dívida a fornecedores ficou condicionado pelo volume de execução no último trimestre do ano, que influenciando o indicador de prazo médio de pagamentos não representa dívida vencida à data de 31.dez.2013 e não prejudica a evolução positiva da dívida com pagamentos em atraso (Gráfico "Pagamentos em Atraso – Evolução");



- Conforme se quantifica no ponto 6 deste relatório, as disponibilidades de tesouraria no final do ano totalizam 2.634.917€, valor que evidencia capacidade financeira do Município para redução imediata do valor da dívida e da consequente redução do indicador PMP.

Não obstante, no ano 2014 deverá a gestão municipal acautelar uma execução económico-financeira com cumprimento da redução sustentada da dívida com pagamentos em atraso.

## 6. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

No ano 2013, a *Despesa* do Município totalizou 36.698.921€ e a *Receita Total* ascendeu a 37.780.073€, representando uma taxa de execução de 108,6%<sup>despesa</sup> e 111,5%<sup>receita total</sup> face aos montantes previstos no Plano de Saneamento Financeiro para o ano 2013.

Apresentando desvios entre rubricas, globalmente a execução orçamental evidencia uma execução anual com cumprimento dos valores estimados no Plano de Saneamento Financeiro, apresentando um volume de despesa superior em 2.898.345€ e uma execução de receita superior em 3.909.245€ face aos valores previstos.

### Execução Orçamental

Comparativo 2008/2009/2010/2011/2012/2013 – Estimativa 2013 / Execução 2013

(valores em euros)

Descrição	Execução					2013		% de Execução
	2008	2009	2010	2011	2012	PREVISÃO	EXECUÇÃO	
Saldo Inicial Conta de Gerência	1.390.574	1.259.453	187.153	853.231	2.046.829	1.640.762	1.366.156	
<b>Despesa Corrente</b>								
Despesas com o Pessoal	10.767.297	10.563.188	10.912.326	10.183.523	8.906.013	11.652.325	9.846.579	84,5%
Aquisição de Bens e Serviços	13.586.631	7.711.148	8.200.180	8.057.607	9.378.126	8.346.307	8.286.291	99,3%
Juros e Outros Encargos	2.623.187	1.697.378	839.440	893.831	926.729	1.777.405	531.812	29,9%
Transferências Correntes	6.664.900	2.923.286	3.251.485	4.220.949	3.558.709	3.190.444	2.958.811	92,7%
Outras Despesas Correntes	528.074	689.278	1.100.854	718.365	819.543	92.716	578.110	623,5%
<b>Totais - Despesa Corrente</b>	<b>34.170.089</b>	<b>23.584.279</b>	<b>24.304.284</b>	<b>24.074.276</b>	<b>23.589.120</b>	<b>25.059.196</b>	<b>22.201.603</b>	<b>88,6%</b>
<b>Despesa Capital</b>								
Aquisição de Bens de Capital	26.082.575	4.435.686	3.734.432	3.720.587	2.662.908	2.154.167	6.167.379	286,3%
Transferências de Capital	4.332.653	2.139.216	1.536.763	1.801.780	1.283.735	2.259.220	2.308.886	102,2%
Ativos Financeiros	2.841	175.272	13.551	999	13.200	0	4.000	
Passivos Financeiros	2.555.025	4.371.584	3.158.051	2.450.020	5.596.126	4.327.993	5.756.173	133,0%
Outras Despesas de Capital	143.609	76.948	0	0	0	0	260.881	
<b>Totais - Despesa Capital</b>	<b>33.116.703</b>	<b>11.198.706</b>	<b>8.442.798</b>	<b>7.973.385</b>	<b>9.555.969</b>	<b>8.741.380</b>	<b>14.497.319</b>	<b>165,8%</b>
<b>Despesa Total</b>	<b>67.286.792</b>	<b>34.782.985</b>	<b>32.747.082</b>	<b>32.047.661</b>	<b>33.145.089</b>	<b>33.800.576</b>	<b>36.698.921</b>	<b>108,6%</b>
<b>Receita Corrente</b>								
Impostos Diretos	8.925.226	7.971.903	8.549.571	9.053.377	8.745.941	9.881.435	9.792.318	99,1%
Impostos Indiretos	119.686	133.048	222.907	175.805	250.459	683.600	90.770	13,3%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	721.824	642.834	795.196	688.054	755.375	771.581	708.342	91,8%
Rendimentos de Propriedade	101.250	38.249	41.127	40.191	20.257	83.371	119.837	143,7%
Transferências Correntes	10.745.483	11.154.785	11.067.754	10.779.369	10.173.683	11.898.580	11.705.675	98,4%
Venda de Bens e Serviços Correntes	5.200.125	5.958.487	6.308.923	6.036.123	6.041.741	6.117.543	5.938.767	97,1%
Outras Receitas Correntes	251.702	868.215	248.992	258.575	472.567	112.071	460.277	410,7%
<b>Totais - Receita Corrente</b>	<b>26.065.296</b>	<b>26.767.520</b>	<b>27.234.470</b>	<b>27.031.493</b>	<b>26.460.023</b>	<b>29.548.180</b>	<b>28.815.985</b>	<b>97,5%</b>
<b>Receita Capital</b>								
Vendas de Bens de Investimento	560.105	26.585	7.538	1.565	223.002	0	99.734	
Transferências de Capital	6.922.517	4.633.747	4.957.726	6.210.751	5.162.159	4.322.649	7.006.949	162,1%
Ativos Financeiros	0	0	0	3.107	3.343	0	4.680	
Passivos Financeiros	33.295.886	2.757.641	570.000	0	650.000	0	1.801.531	
Outras Receitas de Capital	36.640	10.768	673	598	1.489	0	1.266	
<b>Totais - Receitas Capital</b>	<b>40.815.148</b>	<b>7.428.741</b>	<b>5.535.937</b>	<b>6.216.021</b>	<b>6.039.993</b>	<b>4.322.649</b>	<b>8.914.160</b>	<b>206,2%</b>
Outras Receitas	42.988	83.917	90.227	23.781	76.803	0	49.928	
<b>Receita Total</b>	<b>66.923.433</b>	<b>34.280.178</b>	<b>32.860.634</b>	<b>33.271.296</b>	<b>32.576.819</b>	<b>33.870.829</b>	<b>37.780.073</b>	<b>111,5%</b>
Saldo Anual de Operações de Tesouraria	+ 232.238	-569.493	552.526	-30.037	-112.402		187.609	
<b>Saldo Final Conta de Gerência</b>	<b>1.259.453</b>	<b>187.153</b>	<b>853.231</b>	<b>2.046.829</b>	<b>1.366.156</b>	<b>1.711.015</b>	<b>2.634.917</b>	

Fonte: Orçamental

## 7. CONCLUSÕES

- 7.1** No final de 2013, o capital em dívida do empréstimo *de saneamento financeiro* totalizava 23.826.255,04€.  
Do montante contratualizado (34.000.000,00€), o Município utilizou 32.496.059,81€ e efetuou amortizações de capital no valor global de 8.669.804,77€ (dos quais 1.610.161,00€ relativos a amortizações extraordinárias). Ponto 2
- 7.2** As contas municipais a 31.dezembro.2013 apresentam uma taxa de execução de custos de estrutura e de investimento de 113,6% dos limites máximos previstos no plano de saneamento financeiro para o ano 2013, situando-se acima dos limites máximos estimados em 4.020.905€ (29.564.215€<sup>E.PSF\_2013</sup> vs 33.585.120€<sup>Execução\_2013</sup>). Do lado dos proveitos com impacto financeiro a execução anual representa 106,1% dos limites mínimos previstos para 2013, com um desvio de +2.069.494€ relativamente às verbas totais estimadas para 2013 (33.870.829€<sup>E.PSF\_2013</sup> vs 35.940.323€<sup>Execução\_2013</sup>). Ponto 3
- Globalmente, da execução de custos/investimento e de proveitos com impacto financeiro resulta um superavit económico-financeiro de 6,55%<sup>s/proveitos</sup>, no montante de 2.355.203€, ficando 1.951.411€ (-45,3%) abaixo do valor estimado no Plano de Saneamento Financeiro para o ano 2013 (4.306.613€).
- A execução económico-financeira de 2013 permitiu uma redução da **dívida total** do Município em 1.696.671€.  
Quantificando-se em 37.873.832€, a dívida total evidencia um desvio relativamente ao montante estimado para o final 2013 de + 3.037.086€ (+8,7%). Ponto 4
- A **dívida a fornecedores** quantifica-se no final 2013 no montante de 4.676.939€, registando um aumento anual de 2.536.513€ e um desvio de +3.244.468€ face ao estimado em plano de saneamento financeiro. O desvio verificado, condicionando o indicador PMP, não prejudicou a evolução da dívida com pagamentos em atraso, conforme se refere nos pontos 5.4 e 5.6 deste relatório. Pontos 5.4, 5.6
- O **endividamento líquido** municipal regista uma diminuição anual de 2.499.841€.  
Acumulando um decréscimo no montante de 18.891.943€ desde a implementação do plano de saneamento financeiro, o endividamento líquido municipal totaliza 24.717.555€, superando em -1.256.571€ o montante estimado para o final do ano 2013 (25.974.126€). Ponto 5.3
- Na vertente **orçamental**, verifica-se uma execução acima dos níveis de receita e despesa previstos, evidenciando uma taxa de execução de 108,6% na *Despesa* e de 111,5% na *Receita Total*, face às verbas orçamentais previstas no Plano Saneamento Financeiro para o ano 2013. Ponto 6
- Cumprindo o legalmente estabelecido e aprovado em Assembleia Municipal de 22.mar.2013, em 2013 o Município procedeu à integração das responsabilidades da Fundação La Salette na sequência da sua extinção. A assunção dos passivos da Fundação La Salette originou um impacto na dívida e no endividamento líquido municipal no montante de 480.370€.
- A 29.agosto.2013 foi aprovado pela Assembleia Municipal o processo de dissolução da empresa municipal GEDAZ, EEM, em cumprimento ao estipulado no artigo 40º conjugado com o artigo 62º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto.  
Não estando concluído a 31.dezembro.2013 o processo de internalização direta das responsabilidades da GEDAZ, o Município já integrou em 2013 a atividade anteriormente desenvolvida pela empresa.

**7.3** No que respeita aos objetivos de equilíbrio financeiro e cumprimento da Lei da Finanças Locais, as contas municipais a 31.dezembro.2013 demonstram:

- O cumprimento do *Artigo 40º n.º 1 da Lei 2/2007* - Da operação de saneamento financeiro não resultou o aumento do *Endividamento Líquido Municipal*. Ponto 2
- A **dívida total** do Município registou uma diminuição anual de 1.696.671€ (37.873.832€<sup>Dez.2013</sup> vs 39.570.503€<sup>Dez.2012</sup>), acumulando uma redução relativamente ao exercício antecedente ao saneamento financeiro de 17.311.337€ (37.873.832€<sup>Dez.2013</sup> vs 55.185.169€<sup>Dez.2007</sup>). Pontos 4; 5.2 e 5.4
- Cumprimento do n.º 3, Artigo 39.º da Lei 2/2007 - A dívida referente a **empréstimos de médio e longo prazo** com impacto no endividamento líquido totaliza 28.317.397€, registando uma diminuição anual de 3.644.700€. Valor que supera em 2.399.087€ a imposição legal de redução anual do endividamento de médio e longo prazo (1.245.612€). Ponto 5.2
- Cumprimento do n.º 2, Artigo 37.º da Lei 2/2007 - Apresentando uma redução anual do **Endividamento Líquido Municipal** no montante de 2.499.841€ (24.717.555€<sup>Dez.2013</sup> vs 27.217.397€<sup>Dez.2012</sup>), o Município superou a imposição legal de redução anual (283.493€). Ponto 5.3
- Respeito pelo limite máximo de 40% definido na *alínea b) n.º 4, Artigo 3º do Decreto-Lei 38/2008* – O volume de **dívida a fornecedores** representa 14,4% das *receitas totais* do ano anterior, apresentando um aumento de 2.536.513€ face à dívida registada no final de 2012. Ponto 5.4
- Respeito pelo limite fixado no *Artigo 3º, n.º 4 c) do Dec. Lei 38/2008* – (Valor dos Passivos Financeiros inferior a 200% da receita total do ano) – Os passivos financeiros do Município representam 80,5% das Receitas Totais do ano. Ponto 5.5
- Respeito pelo prazo de 180 dias definido no Artigo 3º nº 4 d) do Decreto-Lei 38/2008 – A 31.dezembro.2013, a dívida a fornecedores representava um prazo médio de pagamento (PMP) de 102 dias. Ponto 5.6

**7.4** O referido nos pontos 7.2 e 7.3 evidencia que a Gestão Municipal perseguindo objetivos fundamentais de equilíbrio financeiro e de cumprimento da Lei das Finanças Locais, tomou decisões que determinando o desvio aos limites fixados no Plano de Saneamento Financeiro não punham em causa os objetivos fundamentais.

Havendo, no curto prazo, margem de recuperação para os desvios quantificados, mantendo uma gestão rigorosa dos recursos disponíveis e com respeito pelas metas traçadas, o Município deverá prosseguir nos objetivos de redução da dívida e do endividamento até aos montantes previstos no Plano de Saneamento Financeiro e que assegurem a inexistência de créditos vencidos.

Prevendo-se para o ano 2014, a conclusão do processo de internalização direta das responsabilidades e atividades da GEDAZ, este terá um impacto no endividamento municipal que se estima acima de 150.000€.

A “extinção” da entidade GEDAZ e a conseqüente redução do valor de participações no capital contabilisticamente registado no Balanço do Município prejudicará o endividamento líquido no valor de 3.523.950€.



## 8. PROPOSTA

Submetido a despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, propomos que ao presente relatório deverá ser dada continuidade nos seguintes termos:

- enviar aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, em cumprimento do art.º 6.º do Decreto-Lei 38/2008;
- remeter para apreciação à Assembleia Municipal, em cumprimento do art.º 40.º da Lei 2/2007;
- publicar no sítio da internet do Município, após a apreciação da Assembleia Municipal, em cumprimento dos art.º 40.º e 49.º da Lei 2/2007.

Oliveira de Azeméis, 22 de abril de 2014.



Este Documento Contém a Assinatura Digital Qualificada de:  
NUNO JOSÉ PIMENTA DE OLIVEIRA GOMES, N.º 715  
CHEFE DE DIVISÃO MUNICIPAL  
22-04-2014 18:22:36

Nuno Gomes

Divisão M. Auditoria Interna, Planeamento e Sistemas de Informação

\\srv-dados1\gaicg\Dados Partilhados\Análises Económicas e Financeiras\Saneamento Financeiro\_2008\Análise\_Execução\2013\_12\_encerramento\_contas\RAEPSF\_1213\_EC.docx